

O “GABINETE DE LEITURA” E SUAS IMPLICAÇÕES NA CULTURA ESCOLAR DO IMPÉRIO – notas sobre a instituição no Nordeste brasileiroⁱ

Maria das Graças de Loiola Madeira

Esta comunicação pretende abordar os propósitos pedagógicos da associação literária Gabinete de Leitura, fundada entre 1850 e 1880, em dois estados do Nordeste brasileiro: Alagoas e Ceará. Interessa-nos aqui tratar sobre a mentalidade ilustrada de seus sócios, exclusivamente do sexo masculino, e o vínculo com as instituições de ensino, seja na ocupação de cargos ou na fundação de instituições educativas de natureza filantrópica e/ou privada.ⁱⁱ

Em geral, os homens cultos do Império brasileiro se colocavam como “missionários das letras”, em razão das pretensões de desenvolverem nas províncias projetos educativos que garantissem um dado perfil de civilidade ao povo desprovido da cultura das letras. Com a ausência do poder público na promoção da educação, eles se sentiam quase que obrigados a promoverem a criação de agremiações com a intenção de divulgarem as letras e a ciência à população. Missionários de uma pátria laica e ilustrada, obstinados pela modernidade, se diziam doadores de parte do patrimônio e esforço pessoais para ver frutificar uma sociedade de homens justos e honestos. Em defesa da implementação no país do molde europeu de civilização, consideravam que o domínio das letras apaziguaria os ânimos e modelaria os costumes, pois “a cultura séria das sciencias adoça o temperamento; faz nascer e entretém em nossa alma esses sentimentos puros e delicados nos quaes está a verdadeira felicidade”.ⁱⁱⁱ

Vinculados aos liceus nas províncias brasileiras, em geral, os fundadores de tais sociedades eram herdeiros de um tipo de cultura intelectual desenvolvida no antigo Seminário de Olinda, fundado em 1800, como afirmara Craveiro Costa (1931), ao se referir a Alagoas: eles se espalhavam pela província triunfando na política, na intelectualidade e influenciando-a de maneira poderosa.^{iv}

Ao fundar associações literárias como os gabinetes de leitura nas províncias, os sócios pretendiam reproduzir o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, instalado na década de 30 do século XIX no Rio de Janeiro. Junto a este, foram criadas outras agremiações como o Liceu Literário Português e o Retiro Literário Português, entidades particulares com a intenção de tornar pública a literatura portuguesa no Brasil. José Pires de Almeida apresenta os gabinetes do Rio de Janeiro (1837), Recife (1853) e Salvador (1863), como os primeiros a serem fundados no Brasil^v.

É possível que a constituição dos gabinetes de leitura tenha sido influenciada pela sociedade francesa pós-revolucionária, ou mais precisamente, pelas chamadas "boutiques à lire", em cujo empréstimo de livros pagava-se uma determinada quantia^{vi}. Isto corresponde ao que mencionara Darton (1992), quando se referia aos embriões dos gabinetes de leitura da Europa do século XVIII, "em forma de salas de leitura, utilizadas para promover o sucesso das livrarias". O depoimento de um livreiro, em 1776, entusiasmado com o atrativo criado para ampliar a venda de seus livros: "vejo sempre com prazer o aumento dos assinantes de meu gabinete literário (...) todos os meus assinantes tornando-se fregueses".^{vii} Noutra passagem, "Acabo de abrir um gabinete literário, que promete muito. Esse estabelecimento foi além de minhas expectativas. Eu acreditava que nada poderia fazer com ele no verão, mas os senhores oficiais o visitam em quantidade ainda maior que no inverno".^{viii}

O perfil dos gabinetes de leitura trazidos para o Brasil, se diferenciavam das "boutiques à lire" francesas pela consulta e empréstimo gratuitos do acervo, bem como pelo cultivo de um forte sentimento de solidariedade e fervor cívico. Tal sentimento marcou os propósitos de criação dessa instituição nas nossas províncias, uma vez que vinculados a eles estavam projetos de propagação das letras e da ciência para o povo. Com isso, agregaram um número expressivo de admiradores e divulgadores que logo a elas se associaram, pela obstinação em construir uma sociedade mais ordeira, longe dos vícios e ciosa de seu dever no zelo pela Pátria.

Nos dois estados nordestinos aqui em destaque, Alagoas e Ceará, é possível, de início, afirmar que ambas experiências mantiveram percursos diferenciados. Enquanto em Alagoas a instituição apresentou sinais tímidos na divulgação das letras e ciência junto ao povo, fundando apenas um gabinete de leitura em Maceió, no Ceará ela se multiplicara em várias cidades da província, como Crato, Fortaleza, Baturiré, Aracati, Granja, Icó e Sobral, fundando, sobretudo, escolas noturnas para meninos pobres. Por este fato, as informações relacionadas às associações literárias cearenses estão mais largamente aqui expostas.

Gabinete de Leitura Alagoano

Fundada em 1857, na capital alagoana, a Sociedade Gabinete de Leitura, manteve-se anexa ao Liceu Provincial e compunha uma rede de outras associações, sociedades e grêmios, criados em Maceió, como a sociedade literária instalada em setembro de 1860, de nome *Sociedade Litterária e Recreativa*, por Aureliano de Farias, ex-aluno do Liceu Provincial. Este se manifestava com “extremoso regozijo [de] se apresentar no campo da arena litterária, combatendo a obscuridade com a luz científica”.^{ix} Convoca, então, aos colegas, numa espécie de missão das letras: “Juntai-vos em sociedade para diffundirdes as sabias lições, que recebestes dos vossos eruditos lentes, é acto digno de vós, acto magestoso e solenne, que vos constitue benemeritos da província”. Outra agremiação criada foi a *Sociedade Libertadora Alagoana*, responsável pela fundação, em 1885, da Escola Central, destinada às crianças negras livres, tendo à frente o professor de alemão do Liceu Francisco de Paula Leite e Oiticica e como diretor Francisco Domingues da Silva, cujo patrimônio particular, segundo Leite e Oiticica, destinara grande parte a escola: “o senhor Fco Domingues da Silva, que se tem sacrificado em sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte”.^x

Os fins do gabinete foram postos em estatuto, cujo cumprimento cabia ao conselho formado pelo primeiro diretor da instrução pública da província, José Correia da Silva Titara, Thomaz do Bomfim Espíndola e Bernardo Pereira do Carmo, ambos lentes do Liceu Provincial, o juiz de órfãos, Pinto Rocha, Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça. Silva Titara, primeiro presidente eleito, tinha como principal intenção a fundação de uma livraria

pública, com o acervo já disponível logo no primeiro ano constando mais de 1.700 obras, todas doadas pelos sócios.^{xi} Embora a iniciativa de criar o Gabinete tenha sido atribuída a Silva Titara, o maior entusiasta foi o lente de geografia do liceu e autor de várias obras didáticas na área, Tomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889), por entender que aquela instituição deveria ir além das funções de guarda e empréstimo de acervo. Ele nutria uma certa ânsia para alargar os horizontes do gabinete, ao tratar das associações literárias criadas na Europa, por demonstrarem as “vantagens de taes estabelecimentos exercitar o nobre entusiasmo pelas lettras e pelo progresso...”,^{xii} por isso, recomendava seguir o modelo do gabinete da Bahia e de Pernambuco. Contrário à educação fradesca argumenta: “a experiência tem demonstrado que em geral os preceptores frades se ocupam mais com a educação religiosa, do que com physica, intellectual e moral”, inibindo o espírito dos alunos e induzido-os ao fanatismo.

Espíndola reclamava da dificuldade de investir no progresso das letras da província, referindo-se especificamente à instalação do Gabinete de Leitura, erguido sob as bases do ideário da Revolução Francesa, considerando-se que “ao mencionar as três palavras [igualdade, liberdade e fraternidade] era como se tivesse que apagar dos nossos corações a Santa Religião Cristã”.^{xiii}

A partir de 1867, o acervo do gabinete, com mais de 3.000 volumes, passara a pertencer a Biblioteca Pública Provincial.

O Gabinete de Leitura no Ceará

Em algumas cidades cearenses aquela agremiação literária frutificou, pelo menos até a década de 1880. As fontes jornalísticas e os relatórios dos presidentes de província registraram a fundação em localidades como Crato (1870), Fortaleza (1876)^{xiv}, Baturité (1876), Granja, Sobral (1877) e Aracati (1879). O cearense padre Antonio de Maria Ibiapina (1806-1883) ergueu a primeira instituição na cidade do Crato, localizada ao sul do Ceará, na data de 28 de agosto de 1870. O sacerdote pretendia levar para a zona sertaneja, sinais de ilustração da cidade, tanto através do gabinete como também pela fundação de uma rede de instituições educativas, entre elas, casas de recolhimentos para meninas órfãs e

desamparadas, conhecidas como *casas de caridade*.^{xv} O gabinete de leitura fora fundado com a intenção de ilustrar e moralizar a população sertaneja masculina, e assim ajudar a evitar os vícios, a violência, a ociosidade e contribuir com o “progresso de uma religião, que não se fecha a outras interpretações para assim se tornar solida...”. Ele convocava a população masculina para a construção do estabelecimento com a ajuda de donativos dos “espíritos ilustrados, aos amantes do progresso, a todos os bons Patriotas e amigos de nossa Sancta Religião Catholica Apostolica Romana; que se inscrevam Socios do Gabinete de Leitura pretende installar na cidade do Crato...”.^{xvi} Antes mesmo da inauguração, o Gabinete já havia recebido doações de livros, “correspondendo a 45 volumes de bons livros”.^{xvii}

A partir dos anos de 1870, aquela experiência do Crato expandiu-se em algumas cidades da província. Os vinculo com Ibiapina não mais se mantiveram, embora o que se tenha desdobrado a partir de então correspondesse aos propósitos missionários do padre. Em 1876 o Gabinete de Leitura Cearense foi fundado em Fortaleza, “por iniciativa de alguns cidadãos amantes das letras, prestado inestimáveis serviços a população”.^{xviii} Funcionando no prédio da biblioteca pública, com um acervo de 3 mil obras, a associação oferecia aulas gratuitas ao povo e prestava assistência aos desamparados da seca de 1877, atos ressaltados pela imprensa local:

O Gabinete Cearense de Leitura pela sua patriótica dedicação ao ensino popular e á diffusão das luzes é uma das instituições mais recomendáveis d'esta capital, e um título de benemerencia para seus fundadores. A instrução é a primeira necessidade de um povo. Para notabilizar este estabelecimento bastavam-se a biblioteca fundada por iniciativa individual, tenaz e perseverante, as escolas que abriu, as conferencias literarias e scientificas que instituiu. Mas o patriotismo da digna directoria do Gabinete foi além, e conquistou-lhe jus á gratidão de toda a provincia. Os primeiros gemidos do povo cearense, flagellado, pela mais cruel das calamidades, foi o gabinete um dos primeiros a socorrer.^{xix}

Com propósito especificamente escolar inaugurou-se, pelo gabinete de Fortaleza, um curso noturno de instrução primária, no qual “habeis professoras se encarregam de leccionar gratuitamente. A frequencia actual é de 140 alumnos. Vai iniciar cursos de conferencias públicas. A primeira será dada por Guilherme Studart. Tema: Astronomia

popular”.^{xx} Mais tarde o curso receberia o nome de *Escola Camões*, cujo principal objetivo era oferecer ensino noturno aos meninos pobres.^{xxi} Em 1880, as notícias ressaltavam que a escola recebia a colaboração de alguns dos sócios na função de professor, entre eles constavam os nomes de Almino Alves Affonso, Francisco Antônio Garcia, Tristão Pacheco Spinosa e Francisco Pereira de Brito, que gratuitamente ofereciam seus serviços: “As aulas começam as 7 e terminam às 9 horas da noite. Ali o homem do povo pode adquirir a instrução de que precisa para os misteres da vida prática, sem prejuízo para suas ocupações ordinárias”.^{xxii}

O governo da província cearense de 1880, na administração de José Júlio de Albuquerque Barros, registrara em seu relatório queixas dos sócios quanto ao pouco esforço do poder público em subsidiar as ações do gabinete na promoção de aulas gratuitas para o povo. Numa demonstração de apoio a iniciativa, o presidente relatara:

O salão em que funciona o dito curso já é insuficiente para acomodar os alunos cujo número já excede de 100. Não desejando a diretoria do Gabinete restringir a matrícula e, pelo contrário, dar mais vasta proporção a essa patriótica instituição, solicitou desta Presidência que lhe mandasse franquear a casa em se acha estabelecida, a escola do 2º grau, a cargo do professor Joaquim Alves de Carvalho.^{xxiii}

No ano seguinte o número de alunos já ultrapassava aos 200 “a maior parte dos quaes vão ali adquirir gratuitamente a instrução, sem prejuízo de suas ocupações durante o dia”.^{xxiv} O Relatório do governo da província de 1881, na administração de Pedro Leão Velloso, destacava a aula do professor Antonio Jorge de Brito pelo esforço e cumprimento de seus deveres.

Sobre os demais gabinetes, breves registros dão conta da fundação em Aracaty^{xxv}, Icó e Baturité. Este último foi fundado através da ação de um de seus presidentes, o professor de Latim do Liceu Amaro Cavalcante.^{xxvi} A instituição de Sobral aparece na obra *Notas de viagem* de Antônio Bezerra.^{xxvii} “um gabinete de leitura funciona regularmente, oferecendo sua biblioteca à concorrência pública, e mantém uma aula noturna, que tem certa freqüência”. Na cidade de Granja, o gabinete foi criado em 1881 pelo esforço do

promotor público Antonio Augusto de Vasconcellos, com a proposta de instituir uma biblioteca e aulas noturnas. No relatório de 1881, Pedro Leão Velloso depõe com entusiasmo: “vi serem examinados em geographia e história alunmos que quatro meses antes não tinham noções da sciencias sobre que responderam satisfatoriamente. Ali há um foco de luz que promette benéficas irradiações, desde que não faltar animação e conformo a boa vontade dos que o instituíram”.^{xxviii}

O que se pode concluir preliminarmente é que, obstinados pelo progresso das letras, os fundadores dos gabinetes de leitura consideravam que obter ilustração correspondia também ao desenvolvimento de atitudes voltadas para o crescimento moral, intelectual e produtivo da nação. Convictos desse poder, eles deslocavam para si as funções do poder público, relacionadas à educação, no sentido de consolidar em suas imagens visibilidade e prestígio, o que lhes acabava rendendo a ocupação em cargos públicos, além de se apresentarem perante o povo como homens caridosos e justos.

Animados pelo sucesso na Europa dos ideais da revolução francesa, das forças que para ela convergiam e das ações exitosas a ela vinculadas, a implementação dessas agremiações representavam a concretização de ideais de um grupo de intelectuais que combatia a formação jesuítica, considerando-a um retorno às trevas, embora, como vimos, transformassem a gratuidade da escola em objeto de caridade. As comemorações dos êxitos dessas associações literárias eram entendidas como uma festa da ilustração. Isto significava o triunfo de uma nova geração e de seus ditames. A eles passaríamos a dever os rumos traçados para o sistema de ensino, quer publico, quer privado do país.

ⁱ Este estudo apresenta dados parciais da pesquisa “Roteiro catalográfico de fontes jornalísticas da educação alagoana do século XIX”, desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e do CNPq. A referida pesquisa encontra-se vinculada ao grupo de pesquisa “Caminhos da educação em Alagoas”, coordenado pelo Prof.Dr. Elcio de Gusmão Verçosa. Parte da discussão referente ao Gabinete Cearense de Leitura encontra-se desenvolvida em minha tese de doutoramento, intitulada *Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das casas de caridade do padre Ibiapina - sertão cearense (1855-1883)*, cuja defesa ocorreu em setembro de 2003 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da profa. Dr. Maria Juraci Maia Cavalcante.

ⁱⁱ Das fontes disponíveis nos acervos locais acessamos, além dos relatórios da província cearense de 1880 e 1881, o *Diário das Alagoas* (Maceió) dos anos de 1850 e 1860, o Gutenberg de 1890 (Maceió), *O Cearense* (Fortaleza) das décadas de 1870 e 1880 e *A Voz da Religião no Cariri* (Crato-CE), em fins de 1860 e início de 70.

- ⁱⁱⁱ Cf. O periódico **A Voz da Religião no Cariry**. Crato (CE), 20 de novembro de 1870, ano II, n.81. A referida notícia trata-se de uma reprodução do jornal *O Fharol*, de Juiz de Fora (MG).
- ^{iv} Cf. COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo. **Revista do Instituto Histórico Archeologico e Geografico Alagoano, Maceió**, 1931, vol. XV, ano 58, p. 81. p.78-130.
- ^v ALMEIDA, Pires de. J.R. *História da instrução pública no Brasil*. São Paulo: EDUC; Brasília, INEP/MEC, 2000, p. 212.
- ^{vi} Ver informações sobre o assunto no site www.instituto.camões.com.br.
- ^{vii} DARTON, Robert. Do contrabando à loja. In: *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 74.
- ^{viii} *Ibid.* p.78.
- ^{ix} FARIAS, Aureliano. Breve allocução que no Lyceu desta capital aos 10 de agosto de 1860 pronunciou na instalação da Sociedade Litteraria e Recreativa. *Diário das Alagoas*, Maceió, 14 de setembro de 1860, n.212, p.03.
- ^x Cf. O periódico Gutenberg, Maceió, 08 de junho de 1890, n. 122, p.1. O diretor da Escola Central prof. Francisco Domingues da Silva assumiu o cargo em 1888. Diegues Junior (1947) ressalta a atuação do professor na promoção da veia literária dos alunos matriculados nas instituições por ele dirigidas. Na referida escola destinada a meninos negros, os alunos fundaram o jornal *A União* (1889). No Colégio Bom Jesus, em 1872, ele incentivou a criação de uma sociedade literária, nomeada de *Recreio Científico*, cuja publicidade alcançaram as páginas de *A Escola* (1882), periódico quinzenal do Colégio. Mais tarde, em 1885, a revista passou a pertencer a *Sociedade Recreio Científica*. Outros impressos do referido colégio tiveram circulação, como *O Porvir*, *O Echos Colegial* e *O Dever*. Conjuntamente com Diegues Júnior fez circular também o *Magistério* (1887) e mais tarde a *Revista de Ensino* (1891), motivada pela reforma do ensino alagoano, promulgada no mesmo ano. Cf. DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1949). Francisco Domingues da Silva. *Revista do Instituto Histórico de Alagoas de 1947*. Maceió: Imprensa Oficial, vol XXV, p.52-55.
- ^{xi} Cf. informações no Relatório do Presidente da Província de 1860. Outras notas sobre o gabinete seguem no mesmo periódico, a exemplo de 01 de outubro de 1859, n.227.
- ^{xii} Cf. nota no *Diário das Alagoas*, nas datas de 06 e 07 de outubro de 1858, nos exemplares de n.181 e 182. Thomaz Espíndola foi professor do liceu provincial na cadeira de Geografia e Cosmografia, inspetor de estudos e diretor geral de estudos da Província, entre 1867 e 1868. Era chefe do Partido Liberal alagoano e na década de 1880 sócio da Sociedade Propagadora da Instrução Popular. Ele publicou obras didáticas na área, como *Geographia Alagoana* ou descrição physica, política e histórica da província das Alagoas, 2ed, Typ. Liberal, 1871; *Elementos de Geographia e Cosmographia*. 3ed. Typ. da Gazeta de Notícias, 1885.
- ^{xiii} Cf. *Diário das Alagoas*, Maceió, 7 de outubro de 1858.
- ^{xiv} Com base em STUART (2001:224), o Gabinete de Leitura de Fortaleza funcionou até 1886, “depois todos os seus pertences foram doados à Biblioteca Pública (do Ceará). Constavam 1669 volumes encadernados, 477 brochuras, jornais etc”.
- ^{xv} Cf. Madeira (2003).
- ^{xvi} Cf. *A Voz da Religião no Cariri*, Crato (CE), 03 de abril de 1870.
- ^{xvii} Cf. Idem, nas datas de 20 de março e 23 de outubro de 1870. O periódico publicava ainda várias chamadas aos sócios, a fim de se fazerem comparecer às reuniões do Conselho.
- ^{xviii} Cf. Governo da Província do Ceará. Relatório de 1880. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1880, p.34.
- ^{xix} Cf. *O Cearense*, em 23 de fevereiro de 1879.
- ^{xx} Cf. Idem, em 17 de setembro de 1880.
- ^{xxi} Cf. Governo da Província do Ceará. Relatório de 1881. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p.67.
- ^{xxii} Cf. Idem, 1880.
- ^{xxiii} Cf. Idem, 1880.
- ^{xxiv} Cf. Idem, 1881.
- ^{xxv} Cf. *O Cearense*, em 24 de setembro de 1879.
- ^{xxvi} Cf. Idem, na data de 23 de fevereiro de 1879. Quanto à obra de Amaro Cavalcante, a notícia circulou no exemplar de 12 de maio de 1876 e em 30 de maio de 1880. De suas obras vale citar: *Livro popular – miscelânea de conhecimentos úteis*. Fortaleza [s/ed], 1879; *Ensino moral e religioso nas Escolas públicas*. Rio de Janeiro[s/ed], 1883 e *Meio de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais*. Rio de Janeiro, 1884.
- ^{xxvii} BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imp. Universitária do Ceará, 1965, p. 305 e 314.
- ^{xxviii} Cf. Relatório do Presidente da Província cearense, 1881, p.69.